

Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento social e na literatura, de Mariza Veloso & Angélica Madeira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. 210 páginas.

Thadeu de Jesus e Silva Filho*

Decerto que comentar o livro das professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira não é tarefa das mais simples. Ela se apresenta como uma tentativa de equacionar dois caminhos distintos, importantes e por vezes antagônicos da reflexão sociológica, quais sejam, o do afastamento do pesquisador em relação ao objeto (Durkheim) e a da aproximação a ele (Weber). Dois são os motivos explicativos fundamentais de tal dificuldade. O primeiro deles se dá por existir uma relação de envolvimento acadêmico-pedagógico iniciada ainda no período em que era aluno de graduação em Ciências Sociais. Como professoras do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, suas reflexões e idéias a respeito da *démarche* do pensamento social no Brasil, bem como as delimitações históricas e periodizações cronológicas dos marcos histórico-sociais mais marcantes por elas adotadas e criticadas, ecoaram como uma influência positiva e importante naquela fase de formação intelectual. Por ocasião do início da feitura de *Leituras Brasileiras*, fui convidado a integrar a equipe responsável pela viabilização operacional do livro, onde a preparação dos originais e algumas revisões preliminares cumpriram a tarefa de me fazer, em alguma medida, participante do processo de criação da obra; esse é o segundo.

Revisando períodos e obras clássicas do pensamento social e da literatura brasileiras, as professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira conferem a tais textos um tratamento que lhes permite uma revisão crítica dos seus conteúdos. Esse tratamento respeita os dois critérios de leitura adotados pelas autoras: *à la* Gilles Deleuze, as narrativas e as imagens abordadas são lidas como textos da cultura e, com tais, entendidas a partir de suas materialidades visuais e/ou verbais – informações primeiras de uma época histórica; e, *à la* Norbert Elias,

¹ Thadeu de Jesus e Silva Filho é sociólogo e antropólogo. Atualmente, 1999, é aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da UnB.

para quem a dinâmica histórica é dotada de uma regularidade que torna possível a inteligibilidade do padrão e da estrutura de uma época, as práticas sociais são vistas a partir de suas historicidades. Tal opção teórica intui submeter os textos da cultura à uma interpretação que possibilita descobrir os códigos pelos quais as imagens e as narrativas foram criadas, reconhecendo seus vínculos a um determinado campo intelectual – conceito esse advindo de Bourdieu. Com isso, o livro apresenta dois movimentos paralelos: a trajetória *per se* abarcada e, a seu lado, em outra esfera, um debate especialmente caro para as ciências sociais, qual seja, a escolha de determinadas narrativas em detrimento de outras, uma vez que escolher uma narrativa significa não apenas abandonar todas as demais mas também adotar um certo ponto de vista, o qual é vinculado a uma *intelligentsia* e sua respectiva filiação ideológica. Esse posicionamento permite a conexão entre a irredutibilidade de cada narrativa e a malha histórica em questão.

A pergunta a ser feita, então, é: de que maneira e com que intuito é possível estabelecer uma ligação entre todo esse emaranhado que compõe o *corpus* teórico por onde caminham os oito capítulos de *Leituras Brasileiras* e o pensamento dos autores referidos – Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, Machado de Assis e Lima Barreto? Uma vez que o foco central das considerações são as imagens e as narrativas produzidas a respeito do Brasil a partir do século XIX, as autoras utilizam-nas como textos que, simultaneamente, são símbolos pelos quais os intelectuais utilizaram para falar da cultura brasileira e, de outro modo, como lugar de releitura do Brasil através dos textos produzidos por esses intelectuais. Sem resvalar por um relativismo, fazem, então, uma leitura dos diversos discursos pelos quais o país foi apresentado, eliminando a ingenuidade produzida frequentemente pela busca de uma determinada verdade. O intento não é achar verdades; buscam entender como a articulação de vários atores sociais abrem a possibilidade de pensar o presente e o futuro da cultura brasileira a partir do passado, e este entendido como “um trampolim que transforme as reminiscências em sugestões positivas e iluminações para novas utopias”, ao invés de uma fatalidade irrecuperável.

Esses itinerários no pensamento social e literatura brasileiros, objeto de análise das professoras Mariza Veloso e Angélica Madeira, têm início no século XIX, com a formação do campo intelectual brasileiro a partir do recebimento, do processamento e da reelaboração das idéias estrangeiras, procedimentos esses que serviram para implementar certas práticas políticas, científicas e estéticas importantes para a nossa intelectualidade que repercutem até hoje – um bom exemplo é o debate acerca da importação das idéias configurando-se

como um empecilho para fundação de uma identidade brasileira autóctone. A chegada da corte portuguesa ao Brasil, na pessoa de dom João VI, foi, em muita medida, responsável por esse impulso, provocando não apenas mudança de certos hábitos coloniais arraigados por cerca de três séculos mas também conseqüências culturais na fisionomia das cidades e mudanças de ordem técnica e administrativa na vida social. Esse contato mais direto com o europeu abre espaço para a produção de um acervo de documentos que demonstram algumas das contradições internas da cultura brasileira, textos que ganharão em volume e profundidade por conta da geração de 1870, da qual figuravam nomes como os de Tobias Barreto, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim.

A partir de então, os itinerários avançam como reflexões a respeito das narrativas do passado consideradas de maior repercussão para o momento atual, principalmente no contexto da globalização. Aprofundando-se nesses percursos, é possível perceber o tratamento de duas questões fundamentais, elevando-as a um expoente máximo em tais discursos: os processos pelos quais a modernidade veio a existir no Brasil e, em última análise, o problema da identidade.

A relevância que o tema da modernidade adquire é marcante. Por vê-la como produto dos processos econômicos, políticos e culturais geradores de tendências e de valores internos muitas vezes contraditórios da vida social, as autoras cruzam os diversos pontos de vista a fim de relativizar os discursos a respeito da sociogênese da modernidade. Com isso, percebem que, uma vez que não foram as mesmas matrizes culturais que aportaram nos diferentes países ocidentais, a especificidade cultural do Brasil (identidade) decorre, então, de uma combinação de certos processos presentes aqui de maneira única e distinta em relação a outros países, mesmo sabendo da interrelação com esses outros. Não por acaso, o último capítulo – “Debates intelectuais dos anos 1950, 1960, 1970: engajamento e contracultura” – tem como subtítulo “questões contemporâneas: novos ordenamentos sociais”.

E esses processos são evidenciados pela presença marcante do enfoque que as instituições receberam. Não à toa, o livro trata muito mais de processos vinculados a atores sociais responsáveis pela dinâmica de transformação e mudança da configuração de um determinado cenário de Brasil do que propriamente dos aspectos dados – embora não passivos – da fisionomia natural do país. O ganho é patente: ao invés de interpretações enraizadas, conformadas e imóveis, *Leituras Brasileiras* fornece (com o perdão do trocadilho) uma idéia de textura de Brasil, textura essa que, de acordo com a lição weberiana, vê-se atrelada aos aspectos da realidade histórica escolhidos pelo pesquisador.

A dificuldade que poderia daí resultar seria, então, identificar critérios eficientes de escolha que eximissem as autoras de um relativismo sem fim. É nessa medida, então, que a contemporaneidade do Brasil é discutida através de textos passados, uma vez que o tratamento dispensado aos discursos escolhidos revela-os como relatos de veracidade, menos por haverem resistido às provas do tempo mas, fundamentalmente, por terem conseguido escapar dos ditames quase que intransponíveis de um campo intelectual e, com isso, possibilitarem a compreensão dos problemas a partir de conteúdos significativos mais pertinentes.

Essa sofisticação traz consigo um duplo aspecto. Ao mesmo tempo que insere a obra num campo de discussão acadêmica, está longe de ser destinada exclusivamente aos intelectuais preocupados com a leitura do nosso passado histórico-social; por apresentá-lo num mosaico panorâmico, o público não vinculado ao mundo acadêmico poderá também ser beneficiado. Do lado erudito, *Leituras Brasileiras* apresenta uma discussão extremamente importante para os países dominados por longo tempo e de independência tardia: a da identidade, e isso pela maneira como é tratada, que permite uma tentativa de resposta mais precisa para a pergunta “onde fundar a identidade brasileira contemporânea?”. Do lado não-especializado, apresenta e introduz temas indispensáveis tanto para a explicação quanto para a compreensão da configuração da fisionomia do Brasil, temas como o debate entre o particular e o universal, a noção de antropofagia, de multiculturalismo e de identidades múltiplas.

A bibliografia está estruturada em módulos, permitindo diálogos e críticas em relação ao texto e à escolha das obras privilegiadas para aparecer como melhores representantes de cada demarcação, além de figurar como uma espécie de bibliografia mínima para investigações mais detalhadas dos períodos e dos temas. As obras que perfazem os comentários críticos cumprem uma dupla tarefa: indicam o veio mais relevante de apreciação e de discussão do percurso histórico tratado e percorrem com as autoras a trilha estruturante de seus pensamentos.

Uma disparidade, todavia, entre os capítulos merece ser pontuada. Capítulos como “século XIX: paisagens do Brasil”, “traços e ritmos da modernidade brasileira” e “Mário de Andrade: a função pública da arte e do artista” possuem densidade e aprofundamento maiores e mais marcantes que outros. Nestes outros, a exploração poderia ter privilegiado mais a inserção das obras e dos autores tratados no contexto do objetivo do livro do que o tratamento *per se*. Afora este ponto, que não é de somenos, falar de *Leituras Brasileiras* é falar de um grande livro, do início ao fim.